

EDUCAÇÃO POPULAR E A RECUPERAÇÃO COLETIVA DE HISTÓRIAS E MEMÓRIAS: entrevista com Alfonso Torres Carrillo

Popular Education and the Collective Recovery of Histories and Memories: Interview with Alfonso Torres Carrillo

Ian Gabriel Couto Schindwein¹

Resumo: Em diálogo com a história da Educação Popular em nosso continente e com um olhar desde a realidade colombiana, nessa entrevista Alfonso Torres Carrillo nos fala do papel desse campo educativo no trabalho de reconstrução de histórias e memórias como fundamentos para as lutas populares. Torres Carrillo é educador popular com larga experiência, sendo uma das referências em nosso continente, além de professor emérito da Universidad Pedagógica Nacional em Bogotá. A entrevista foi realizada em Santiago do Chile, a poucas quadras do palácio de La Moneda, no dia 11 de setembro de 2023. Foi marcada, então, pelo aniversário de 50 anos do golpe que derrubou o governo da Unidad Popular e que iniciou a ditadura pinochetista. Diversas atividades rememorando as atrocidades desse período da história chilena haviam tomado as ruas no dia anterior. Nesse contexto, o educador também comenta sobre os desafios atuais da Educação Popular em promover

¹ Doutorando e mestre em Educação pela Faculdade de Educação da UNICAMP e bolsista processos nº 2021/03013-2 e nº 2023/06694-6 da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). E-mail: iangabrielcs@hotmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7349418635347363>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5590-4881>.

a produção de outros formatos vinculados às necessidades e anseios das novas gerações, assim como as armadilhas relacionadas à instrumentalização desse campo. A entrevista foi realizada em espanhol, sendo posteriormente transcrita e traduzida pelo entrevistador, com consentimento do entrevistado.

Palavras-chave: Educação Popular; Investigação Ação Participativa; Memórias Coletivas; América Latina; Colômbia.

Abstract: In dialogue with the history of Popular Education in our continent and with a perspective from the Colombian reality, in this interview Alfonso Torres Carrillo tells us about the role of this educational field in the work of reconstructing histories and memories as a foundation for popular struggles. With extensive experience as a popular educator and one of the most renowned references on our continent, Torres Carrillo is also currently professor emeritus at the Universidad Pedagógica Nacional in Bogotá. This interview took place in Santiago de Chile, a few blocks from La Moneda Palace, on September 11, 2023. It was marked by the 50th anniversary of the coup that overthrew the Unidad Popular government and initiated the Pinochet dictatorship. Various activities commemorating the atrocities of this period in Chilean history had taken the streets the day before. In this context, the educator also comments on the current challenges of Popular Education in promoting the production of other formats linked to the needs and desires of the new generations, as well as the traps related to the instrumentalization of this field. The interview was recorded in Spanish and then transcribed and translated by the interviewer, with the interviewee's consent.

Keywords: Popular Education; Participatory Action Research; Collective Memories; Latin America; Colombia.

Primeiramente, eu queria saber de você, Alfonso, que potencialidades e dificuldades você vê na questão da memória das lutas passadas nos processos de Educação Popular? Nesse campo mais freiriano e com essa visão mais emancipatória, isso foi historicamente uma preocupação da Educação Popular ou foi algo mais marginal?

Alfonso Torres Carrillo: A Educação Popular, como tudo, é histórica... É claro que você está conversando com um representante de uma geração de pessoas que assumimos a Educação Popular como ponto de referência de nossa ação, de nossa *práxis*, no final dos anos 70 e início dos anos 80. Naquela época já havia, digamos, a geração fundacional, com pessoas como Paulo Freire e [Carlos Rodrigues] Brandão, que haviam iniciado suas atividades nos anos 60 e no início dos 70. No caso da Colômbia, e acho que em outros países, já existia uma segunda geração que havia sido formada muito próxima a eles... No Peru, Oscar Jara, da Tarea. Na Colômbia, a equipe da Dimensión Educativa, Lola Cendales, Mario Peresson e Germán Mariño; havia no CINEP [Centro de Investigación y Educación Popular] o Marco Raúl Mejía; essas pessoas que hoje têm mais de 70 anos e que foram, em grande parte, mediadoras entre esses discursos fundacionais e as gerações mais jovens, que íamos receber formação nessas instituições ou que, a pedido dos coletivos e coletivas, eles organizavam oficinas.

E, no nosso caso, vários de nós inicialmente estávamos fazendo educação de jovens e adultos em bairros da periferia de Bogotá, onde alguns de nós morávamos. Essa nova onda de educadores populares também coincidiu, felizmente para nós, com a Revolução Sandinista, [sua] Cruzada de Alfabetização e toda a radicalização das lutas sociais

na América Central, inclusive algumas com um caráter insurrecional. Na Colômbia, como temos aí a complexidade dos processos sociais e políticos, se podia assumir qualquer tom político e estar em sintonia com contextos diferentes, porque já no início da década de 1980 chegava a literatura, por exemplo, do Cone Sul, especialmente do Chile, onde a principal bandeira política era o restabelecimento das democracias.

Então, no meu caso, comecei, em termos de hoje, como um militante da Educação Popular a nível de bairro, e lá fazíamos parte de um núcleo de educadores. Assumimos muito cedo, quando éramos muito jovens -com 18 e 19 anos-, papéis de liderança: criando centros de educação de adultos e gerando propostas curriculares e metodológicas baseadas na Educação Popular e no que estávamos aprendendo na universidade. Depois, também no meu caso, passei de usuário dos cursos de formação da Asociación Dimensión Educativa a colaborar com eles, em suas atividades de formação com outros educadores populares e a partir de espaços organizativos nossos. Conto isso porque já ao me aproximar dessa associação em pouco tempo - porque a Dimensión nasceu em 1977 e dez anos depois eles me vinculam - a Dimensión era conhecida por ter estado na Nicarágua. A Lola, o Mario e o Germán tinham feito o desenho metodológico da Cruzada de Alfabetização naquele país. Então, o que inicialmente se fazia era formação em alfabetização e educação de adultos a partir da Educação Popular.

Mas depois, mais ou menos em meados da década de 1980, vão se incorporando outras coisas. Se vê os alcances, mas também os limites da educação formal de adultos, em um contexto em que nas periferias urbanas emergiam novas demandas e processos associativos. Então começamos a criar bibliotecas comunitárias, centros de saúde e

espaços de formação artística, áreas nas quais quem estávamos lá também podíamos contribuir. Havia gente que vinha do campo da saúde, da arte e de outras áreas. E depois, também nessa segunda onda de atividades de Educação Popular, em alguns casos começou a haver um interesse de, seja para iniciar um trabalho por exemplo com jovens, de trabalhar com eles a história de seus bairros. Além disso, no caso da Dimensión Educativa, se recebia várias solicitações de pessoas que vinham de outras lutas e temáticas, não apenas do campo educativo (organizações de *pobladores*, profissionais da saúde, comunicadores).

Por exemplo, na Colômbia surgiu nesses anos 70 e no começo dos 80, os chamados *movimientos cívicos*, que promoviam *greves cívicas*, lutas cívicas que expressavam demandas territoriais e regionais que estavam surgindo na época. Hoje são comuns, mas eram [lutas] cuja identidade era ter uma base territorial e não eram as demandas clássicas, digamos, trabalhistas ou ligadas à terra. Mas sim que o conjunto dos habitantes de uma pequena cidade ou de uma região demandavam a construção de estradas, coisas mais de infraestrutura, ou escolas. [Havia] participação. Bem, sua base de apoio era ampla e, na Colômbia, começaram a ser chamados de *movimientos cívicos*. Então, no caso das organizações de Educação Popular, como a Dimensión Educativa, se em alguma região houvesse *greves cívicas*, que era a forma usual de protesto, nos pediam apoio para reconstruir essa luta, para incorporar conteúdo das cartilhas de alfabetização nessas lutas. Ou como em outra cidade - Popayán - onde houve um terremoto e este tornou visível o problema da moradia: as pessoas se organizaram em torno dele e queriam realizar uma campanha de alfabetização com essa temática, com as pessoas que haviam

participado dessas lutas. Conto tudo isso porque começa a visibilizar-se essa necessidade por metodologias para recuperar a história dessas lutas e, no caso da Dimensión, nos solicitavam esse apoio que estava entre o pedagógico e o investigativo.

Assim, nos anos seguintes, fomos descobrindo que em outros países estavam acontecendo coisas similares com respeito à criação de metodologias de reconstrução de histórias e memórias populares como aporte para as lutas do presente. No centro de documentação da Dimensión chegavam publicações periódicas da Bolívia (Taller de Historia Oral Andina), do Peru (Revista Tarea) e do Chile (ECO - Educación y Comunicaciones), nos quais se apresentavam processos semelhantes com indígenas, camponeses e *pobladores* (Moradores).

Na busca de outras maneiras de fazer história com as pessoas e desde abaixo também influíam os questionamentos que nesse momento se faziam à “história oficial” e às histórias “universal” e da “pátria” que continuavam predominando nas escolas e que era criticada por diferentes lados. Na equipe da Dimensión estava Mario Peresson, um sacerdote salesiano com uma formação humanística ampla, que, sem ser historiador, havia lido alguns historiadores críticos da história tradicional, que propunham a necessidade de uma história alternativa; da mesma forma, Jorge Posada e Vladimir Zabala, haviam desenvolvido cartilhas de história para a educação de adultos a partir de uma perspectiva crítica. Naquela época, eu compartilhava o mesmo ambiente ideológico e estava terminando um mestrado em História, em Investigação Histórica; por isso, eles me procuraram para fazer parte da equipe que acompanhava experiências de recuperação coletiva de histórias a partir da Educação Popular, como fomos chamando essa metodologia nascente.

Essa denominação de "recuperação coletiva da história" também vinha se incorporando pelo movimento camponês (para Fals Borda, a "recuperação histórica" era um dos princípios da IAP - Investigação Ação Participativa) e pelas organizações indígenas (em Cauca, também lutavam para recuperar a terra e a cultura). No caso da proposta que construímos na Dimensão Educativa, a Recuperação Coletiva da História (RCH) se construiu em uma confluência de diferentes tradições e referentes com os quais nos identificávamos. Por isso que o significado dessa categoria de "recuperação" não se sustentava tanto em termos epistemológicos, mas sim em um posicionamento político. O núcleo central era a Educação Popular, porque era o que nos definia. A partir daí assumíamos sua perspectiva crítica e transformadora, nossas metodologias dialógicas e de construção coletiva do conhecimento, a preocupação pedagógica com a "apropriação" metodológica.

Também tivemos aí a vantagem e a proximidade com a Investigação Ação Participativa e de seu principal promotor: Orlando Fals Borda. Inclusive, Fals Borda, naqueles anos 80, também havia se aproximado do movimento de Educação Popular por meio do CEAAL [Conselho de Educação Popular da América Latina e Caribe]. Além disso, nas experiências fundacionais da IAP, com os camponeses da Costa Atlântica colombiana, Fals falava de técnicas de recuperação histórica. Orlando dizia que não poderia haver Investigação Ação Participativa se não houvesse um momento de recuperação histórica, que no caso deles era, a pedido dos camponeses aos intelectuais urbanos, que os ajudassem a ir aos arquivos, que os ajudassem a demonstrar que essas terras eles estavam recuperando porque eram deles, do que historicamente havia que se olhar. E, ao fazer isso,

também descobriram que essas lutas que estavam vivendo não eram, afinal, as primeiras, mas na verdade havia existido ligas camponesas, baluartes camponeses, uma série de experiência de luta camponesas que se havia meio que sido esquecidas.

Finalmente, também retomamos algumas contribuições do campo historiográfico, em especial da História Social e da História Oral. De fato, a partir de algumas correntes historiográficas, como o marxismo inglês, representado por autores como George Rudé e E. P. Thompson, estava sendo desenvolvida uma história "de baixo", que não apenas se ocupava de recuperar lutas camponesas e dos trabalhos, mas também que o fazia a partir de seu ponto de vista e perspectiva, o que implicava incorporar dimensões culturais e a experiência de seus protagonistas. Do mesmo modo, a insuficiência das fontes escritas para dar conta dessas vozes e olhares haviam dado origem a um conjunto de propostas investigativas que privilegiavam o testemunho oral e que, ao mesmo tempo, traziam novas temáticas e problemáticas, como a subjetividade.

Assim, na Colômbia, em nossa experiência a partir de Dimensión, a relação com a história - e depois, digamos, com a memória - esteve, como eu disse, mais em torno de histórias e memórias "otimistas" que buscam retomar e trazer para o presente lutas e processos populares e de transformação social, cultural e educacional, que animem as lutas do presente. Embora haja confluências com os trabalhos em torno às memórias traumáticas que na atualidade se promovem para denunciar a repressão realizada pelas ditaduras e governos autoritários ou a violência e o conflito armado em países como a Colômbia, também há diferenças.

No nosso caso, então, começamos a acompanhar como uma equipe: às vezes nós três, às vezes Lola e eu, outras Lola e Mario.... Bem, todas as combinações. À medida que fomos fazendo esses acompanhamentos havia sempre a preocupação de ir escrevendo sobre cada experiência e sobre o metodológico, porque fomos percebendo que para além da qualidade dos resultados, digamos, em termos científicos do que se fazia, o que estava sendo construído era uma nova metodologia de recuperação da história que incorporava novidades metodológicas e epistemológicas.

Por isso, fomos escrevendo algumas coisas pontuais que mais tarde convergiram no livro *Los otros también cuentan: elementos para la recuperación colectiva de la historia* (Cendales, Peresson e Torres, 1990 e 1992), onde pela primeira vez esboçamos uma proposta metodológica, precedida de capítulos políticos - história para quê, o sentido da história, a história burguesa e a história popular - e teóricos que se nutriam um pouco com esse amplo debate que estava havia e, no nosso caso, tanto no campo historiográfico (história da história social, história desde abaixo) quanto dos estudos sobre culturas populares. E também uma questão que já mencionei: entre os centros de documentação em Educação Popular circulavam muitos documentos e materiais sobre essas novas buscas políticas, educativas e investigativas das quais nos nutríamos mutuamente.

Disso conversávamos ontem com Oscar Jara e com Jorge Osorio: para essa geração os centros de documentação tiveram um papel fundamental. Um educador popular daquela época - antes da existência da Internet - podia conhecer o que publicavam outros centros filiados ao CEAAL, fossem eles produzidos no Chile, Brasil ou Colômbia. Digo isso porque, no meu caso e certamente no de todos, ia

ao centro de documentação da Dimensión e lá chegava tudo impresso, do Peru, do Brasil, do Chile, da Bolívia. Havia uma espécie de troca assíncrona de saberes, pois líamos textos que tinham sido escritos um ano ou vários meses atrás. Assim, no meu caso, me chamava muito a atenção, por exemplo, com uma revista da Bolívia chamada "*Taller (oficina) de História Oral Andina*" (THOA), que muitos anos depois me dei conta que era liderado por Silvia Rivera [Cusicanqui], hoje conhecida como uma das referências para as posições decoloniais. Da mesma forma, aqui no Chile, uma organização chamada ECO, dirigida por Mario Garcés. Então, digamos que o que Mario Garcés estava fazendo aqui no Chile era muito semelhante ao que estávamos fazendo na Colômbia sobre as histórias dos bairros e a história das organizações populares. E certamente em outros lugares, alguns com mais clareza.

E depois, inclusive já na década de 1990, uma educadora popular colombiana, Pilar Cuevas, quando fez seu doutorado em Estudos Culturais Latino-Americanos na Universidad Andina Simón Bolívar, fez sua tese sobre recuperação de memória e decolonialidade. Em sua tese de doutorado, ela encontrou o que eu estava lhe dizendo: em vários países da América Latina, foram criadas propostas semelhantes, contextos semelhantes. Centros de promoção da educação ou comunicação popular elaborando metodologias de trabalho para reconstruir histórias e memórias populares com as próprias pessoas dos bairros e organizações de base. É interessante notar que, embora essa metodologia emergente de recuperação coletiva da história não tenha sido tão discutida e debatida quanto a sistematização, ela alcançou várias confluências em seus fundamentos e critérios metodológicos.

No nosso caso, como Dimensión Educativa, a referência inicial não era a memória, como você disse, mas sim a história. Além disso, dado o imaginário epistemológico que predominava na época, a ênfase esteve na "recuperação" de uma história que havia estado oculta ou subalternizada pela história oficial; por isso, procuramos fazer com os oprimidos a história popular, a história desde abaixo. Por outro lado, no caso da Colômbia, desde o final da década de 1990 e com maior força no que vivemos no novo século, o trabalho de memória com as vítimas da violência e do conflito armado ganhou grande presença. Na Colômbia há essa violência permanente, mas a categoria de *vítimas* é mais recente, graças aos movimentos de direitos humanos e às normativas recentes a esse respeito. Esse contexto favoreceu o trabalho em torno à memória, um equivalente ao que a Argentina havia mobilizado em termos de memória. Bem, mas essa categoria de *vítimas* e de reconhecer a qualidade de vítimas de pessoas que foram afetadas pela violência também traz consigo um interesse pela memória traumática. E a principal influência, muito grande, é o que está sendo produzido na Argentina.

Então, assim se vão gestando uma série de trabalhos de memória em vários campos e aí diríamos que também começamos a falar sobre memória na medida em que nos pedem apoio e começamos a ler literatura sobre o assunto e a conhecer alguns dos trabalhos sobre a memória das lutas populares; por isso, também começamos a falar sobre a recuperação coletiva da história e da memória. Também em alguns textos falamos de "reconstrução" e não apenas de recuperação, na medida em que se supõe que todo trabalho investigativo implica em uma reelaboração, uma construção da memória coletiva. No nosso caso, priorizamos esse trabalho em torno das memórias populares de

resistência, luta e construção de alternativas populares, sem ignorar outras práticas investigativas e pedagógicas em torno da memória traumática. Assim, as organizações, os grupos de base, sabem que, se quiserem fazer um trabalho de memória nessa chave de recuperação de suas lutas, de seus processos organizacionais, das histórias de formação de seus bairros e de suas organizações, eles nos procuram.

Para terminar, quero te dizer que, recentemente com outros colegas do mundo universitário (historiadores, sociólogos) e próximos aos movimentos sociais e de esquerda, criamos um espaço chamado *La María Cano*, em homenagem a uma lutadora popular colombiana das primeiras décadas do século XX. Seu objetivo específico é recuperar e digitalizar arquivos das esquerdas e dos movimentos sociais na Colômbia, na perspectiva da memória. Como surgiu a iniciativa? O que aconteceu foi que, assim como você está fazendo esta entrevista comigo e em algum momento eu posso lhe dizer que tenho algumas cartilhas que fizemos, ou alguém tem algumas fotos de algumas oficinas, algumas das pessoas que entrevistamos nos diziam: "em casa tenho muitos documentos que minha família quer jogar no lixo". Como na Colômbia tem ocorrido várias ondas de repressão, muitos integrantes de esquerda e de movimentos populares tem que "desaparecer" seus arquivos pessoais, os jornais, os documentos que guardaram de suas militâncias. Muitas fontes dessa história social estavam se perdendo, e muitos dos sobreviventes dessas lutas também estavam morrendo e suas famílias não queriam manter seus arquivos e bibliotecas. Por isso, alguém deste coletivo teve a ideia, como não temos espaço nem recursos para guardar os documentos: "bem, vamos digitalizá-los".

Então, claro, que a ideia é ótima, mas os avanços são poucos, porque, mesmo sendo digital, requer recursos. Portanto, os que foram

feitos foram por projetos específicos. Foi possível convencer o Arquivo Nacional em um projeto para recuperar não sei o quê, as cartas de prisioneiros... Assim estão umas pequenas coisas de como um projeto grande que cai funcionando na medida que há possibilidades, mas também aí estaria na ideia de recuperar a memória dos movimentos de esquerda na Colômbia. E esses espaços são interessantes, porque há um interesse comum, mesmo desde as diferenças, porque aí participam pessoas de todas as tendências políticas da esquerda. E há um certo reconhecimento e respeito mútuos nessa coisa, o que não é muito frequente. Você sabe, todas essas coisas das esquerdas, que é cada um por si.

Porque a história da luta contra o poder hegemônico é algo que nos integra, que nos une muito. Me parece muito importante nesse debate a questão da diferença entre trabalhar a memória como vítimas passivas e a memória como potência para a luta, como algo mais positivo do passado, porque a ideia de vítima ainda é muito forte.

Alfonso Torres Carrillo: Ao se mobilizar o colocar-se como vítima, se transfere toda a responsabilidade do que precisa ser feito para o Estado, para o pai, até psicanaliticamente. Encontramos ou soubemos, por meio de gente da Colômbia, que aqui no Chile e na Argentina há movimentos de filhos e filhas, de netos e netas. E na Colômbia também se formou um movimento de filhos e filhas cuja bandeira não era apenas trazer a memória do desaparecimento, do assassinato, mas do que fizeram nossos pais, nossos avós. Então lá, nesse outro campo, mesmo que com menos força, também há essa ideia de recuperação como atores sociais. "Por que os assassinaram? Porque estavam

fazendo...". Mas isso ainda é muito fraco no caso em que trabalhamos. Sim, a gente pede muito isso, ou seja, queremos recuperar e não os assumindo como vítimas, mas sim como protagonistas de lutas que merecem ser visibilizadas, reconhecidas.

Você já falou um pouco sobre isso, mas como você vê esse processo de memória com relação à institucionalização? Pensando no caso do Brasil, há grandes ONGs mais empreendedoras, mais bancárias. Como é esse processo na Colômbia? A Educação Popular tem as metodologias assimiladas ou mesmo roubadas por esses grupos? Como você vê esse movimento?

Alfonso Torres Carrillo: Na Colômbia não há nada semelhante ao que você diz. Entendo que no Brasil isso ocorre porque, em grande parte, a hegemonia cultural em alguns campos em que esses discursos foram legitimados fazem com que esses atores possam ter outros interesses e se apropriem. Se apoderam [desses discursos] porque há uma legitimidade. Se fosse algo desprestigiado nem o mencionariam. Por outro lado, na Colômbia se mantém um prolongamento da Guerra Fria, no sentido de que todas essas propostas culturais, pedagógicas e eclesiásticas são vistas abertamente como subversivas, como comunistas. Talvez isso também se deva à persistência de grupos insurgentes. Então, o espectro se polariza muito. Assim, todas essas práticas alternativas são vistas em algumas conjunturas como "vermelhas". Em alguns contextos, educadores e trabalhadores culturais foram acusados de serem "auxiliares da guerrilha".

O que sim aconteceu na Educação Popular é que algumas políticas públicas foram implementadas quando no governo da cidade

de Bogotá, mais ou menos desde 2001 e 2002, estiveram prefeitos de esquerda ou que se apresentam como esquerda. Assim, em algumas políticas públicas da assistência ou da saúde, por exemplo, alguns funcionários se identificam e dizem a partir do que é popular e algumas vezes se incorpora algo no discurso. Mas geralmente é reduzido a um nível metodológico, até mesmo quase instrumental, ou nos pedem: "queremos uma oficina sobre a metodologia da Educação Popular". Mas no caso do que você diz sobre essas corporações e ONGs grandes, com respeito à Educação Popular não.

Porém, isso aconteceu com a investigação participativa, que o próprio Fals Borda visibilizou e chamou de cooptação de sua metodologia. Essa proposta de pesquisa nasceu no contexto das lutas camponesas, em torno de questões agrárias e no campo da educação de adultos. Nos anos 80, [com] a FAO [Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura], uma série dessas coisas, até mesmo transnacionais... Nisso, muitos consultores profissionais belgas, suíços e suecos estavam lá naquela época. Eles estavam entusiasmados, com certeza, por alguma identificação política de simpatia com o Terceiro Mundo, certo? Mas logo buscaram formalizá-las e cada vez mais isso foi perdendo toda a aresta política... Ou, como eu estava dizendo no caso da Colômbia, inclusive na atual conjuntura: mesmo que às vezes apoiem a Educação Popular, [é] muito nessa dimensão instrumental.

Fiz essa pergunta porque, principalmente com a última reforma do Ensino Médio implementada nos últimos anos no Brasil, foi aberto muito mais espaço para as organizações de Educação Não Formal entrarem nas escolas. E a Educação Não Formal tem sido dominada já há algumas décadas por institutos e organizações empresariais, muitas

delas vinculadas à grandes corporações e bancos. Nessa última reforma, esses setores se colocaram como defensores dos interesses dos estudantes secundaristas que em meados da década passada protagonizaram uma série de ocupações em escolas. Esses grandes grupos empresariais que atuam no ramo da educação, como o *Todos pela Educação*, disseram que também acreditavam em uma educação mais participativa, mas estavam falando em "participativa" no sentido de treinamento para o mercado de trabalho, a partir dos interesses privados dessa elite.

Alfonso Torres Carrillo: Com certeza, e com eficácia, certo? Pergunto tudo isso porque, como também estou nesse campo das metodologias participativas, fui convidado para eventos em vários lugares. E, é claro, até mesmo nos países nórdicos há vários pesquisadores de diferentes áreas, como psicologia social e organizacional, que as promovem. Em alguns casos, a expressão "metodologias participativas" foi expandida em um sentido meramente instrumental, funcional, a partir de uma racionalidade não emancipadora, mas sim de eficiência, da eficiência do sistema.

Com certeza. E como você vê essa aproximação entre os discursos da esquerda e o da direita? Em outras palavras, também podemos refletir sobre a convergência entre o discurso das organizações que pensam sobre um poder popular e o discurso das organizações capitalistas, o que me parece ter se fortalecido desde os anos 90: as empresas começaram a falar sobre empoderamento, participação, democracia... E me parece que estamos presos nessa situação.

Alfonso Torres Carrillo: Acho que é um pouco dessa perspectiva histórica global. O que aconteceu no final dos anos 80 e 90, com a crise e a queda dos governos socialistas na Europa Oriental e aqui na América Latina, no contexto da transição de ditaduras militares para democracias liberais em alguns países e processos de paz entre guerrilhas insurgentes e governos, foi sendo imposto um discurso comum sobre a democracia, a participação e o terceiro setor, mas desde uma racionalidade de eficiência dos recursos.

Logo, as grandes internacionais percebem que é mais eficaz aplicar seus recursos em ONGs do que em governos. Por exemplo, o Banco Mundial afirmou isso claramente, inclusive com números. Dizendo que se investíssemos 10 milhões de dólares nos governos, destes 10 milhões [apenas] 2 milhões chegava ao povo e os outros 8 [milhões] seriam perdidos na burocracia e na corrupção. Então eles começaram a defender que, se fizerem essa movimentação diretamente através dessas ONGs e não sei em mais o quê, vão chegar 7 milhões. Mais eficaz. Assim, a partir dessa racionalidade pragmática, é mais eficiente evitar essas mediações estatais. Além disso, tinha toda a ideologia neoliberal [que compreende] o Estado como um estorvo.

Ou seja, não é somente a cooptação discursiva dessas propostas que surgem como alternativas ao sistema, mas também sua instrumentalização a serviço da dominação social. Se isola o componente instrumental dessas propostas que tem surgido com um conteúdo político alternativo, são despojadas de todo conteúdo crítico. Inclusive, isso está acontecendo até mesmo com outras metodologias, como a sistematização, que para nós também é uma metodologia para que as pessoas recuperem sua experiência, seus saberes e o sentido de suas práticas. Mas há alguns anos ela vem sendo promovida

por instancias governamentais como uma maneira de identificar e documentar "experiências de sucesso". Por exemplo, na Colômbia, o Ministério da Educação convidou professores "inovadores" a "contar suas experiências". Eles então escolhem os 100 melhores e contratam uma ONG para que os capacitem em sistematização.

Pensando nessa questão da memória: estamos nesse ano de 2023 nos 50 anos do golpe no Chile e também no Uruguai, 40 anos do fim da ditadura na Argentina e no ano que vem serão 60 do golpe no Brasil e também na Bolívia. Como você vê esse contexto dessa memória contra o autoritarismo e contra esse negacionismo, que hoje é muito forte em muitos países, em relação à Educação Popular? Ela é um instrumento para tentar sair dessa armadilha?

Alfonso Torres Carrillo: Sua pergunta é boa, porque faz uma ponte com o que eu estava dizendo. Podemos dizer que a Educação Popular inicial, que ainda estava nos formatos escolares clássicos, acreditava que se jogava principalmente com o conteúdo, que, assim como há esse texto escolar que você desconhece e a partir do que quer que seja, fazemos a cartilha onde está a "nova" história. É claro que isso ainda é fundamental, mas não é o principal, na medida em como esses trabalhos com Educação Popular territoriais funcionam. No final das contas o conteúdo está em tudo: nas relações, nos vínculos, nos processos.... O que ela consegue é mais ou menos transformar, impactar, as pessoas que vão lá. Elas vão incorporando outros valores, vão vendo como é bom trabalhar juntos, a solidariedade.... De tempos em tempos, haverá um momento para tematizar isso, refletir acerca das vantagens de trabalhar em conjunto em vez de trabalhar

individualmente, levando isso às perguntas. Não apenas os conteúdos explícitos, mas também os formatos culturais, as mediações culturais. Nós ainda temos uma estratégia muito argumentativa, analítica e formal de transmitir o que acreditamos ou de provocar.

Ao passo que o que está circulando é obviamente, em grande parte, controlado pela direita ou com intenções completamente diferentes, não é? Isso do TikTok e mil outras coisas... Assim como também a música e tudo, porque os jovens que chegam aos nossos processos se identificam com a cultura Hip Hop. E o máximo que conseguimos é que componham uma canção, mas isso é muito tímido e marginal. Portanto, acho que está na hora de sermos mais ousados, porque a maior parte do nosso trabalho é muito bom em termos da capacidade de criar um pequeno grupo de pessoas, mas não tem uma incidência grande. Ainda mais que essas pessoas estão conosco, não sei, duas ou três horas por dia ou, durante a semana, oito horas ou seis horas, enquanto o resto do dia elas estão sujeitas à influência da mídia.

Temos que ser ousados em criar esses conteúdos em outros formatos também. Que a canção, o vídeo, o mural [virtual], os formatos e as linguagens que circulam na Internet, nas redes, sejam um desafio. Que algumas educadoras e educadores populares possam trabalhar a partir da produção de conteúdo em outros formatos. Então acredito que a Educação Popular tem que criar isso: promover a formação de coletivas e coletivos de educadores populares que se reconheçam como tal. Que não é deixar de fazer o que a sabemos fazer, mas sim ampliar as formas de trabalho que aproximem meninas e meninos, que talvez queiram fazer coisas nesse sentido crítico e emancipatório a partir do que sabem e do que gostam. Então acredito que aí há um grande desafio.

Sim, com certeza. Alfonso, obrigado pela conversa.

Alfonso Torres Carrillo: Te agradeço muito.

Esta publicação deverá ser citada da seguinte forma:

SCHLINDWEIN, I. G. C. Educação Popular e a Recuperação Coletiva de Histórias E Memórias: Entrevista com Alfonso Torres Carrillo. **Revista DisSol – Discurso, Sociedade e Linguagem**, Pouso Alegre/MG, ano 9, nº 22, jun-dez/2024, p. 30-49.